



OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PERSISTEM: E O QUE ESTAMOS FAZENDO?

Marlene Oliveira dos Santos¹

INTRODUÇÃO

O objetivo do texto é refletir sobre desafios relacionados à Educação Infantil e o papel dos movimentos sociais de educação e de seus atores na atual conjuntura político-econômica do Brasil, em que os efeitos da pandemia de Covid-19² se mostram com força para determinados grupos da população brasileira, em que circulam ideias retrógradas para a educação das crianças e ações neoconservadoras afetam direitos, ferem princípios educacionais e desestruturam políticas públicas de educação instituídas com muita luta. O horizonte é nebuloso, a disputa pela concentração de riquezas apresenta-se mais intensa e as desigualdades sociais e educacionais foram alargadas, tornando o fosso entre ricos e pobres/miseráveis maior.

O modelo de sociedade capitalista ancorada em princípios neoliberais (GENTILLI; SILVA, 2001) e neoconservadores (LIMA; HYPOLITO, 2019) não serve para a construção de uma educação de qualidade e para uma transformação radical da vida da população marginalizada e explorada, historicamente, como confirma Santos (2020):

Este modelo põe de lado qualquer lógica de serviço público, e com isso ignora os princípios de cidadania e os direitos humanos. Deixa para o Estado apenas as áreas residuais ou para clientelas pouco solventes (muitas vezes, a maioria da população) as áreas que não geram lucro (SANTOS, 2020, p. 24).

É nesse contexto que a Educação Infantil pública brasileira está inserida. Como a educação das crianças não produz lucro para o poder público, mas apenas gastos como agentes do poder público insistem em afirmar, a lógica

1 Doutora em Educação. Universidade Federal da Bahia. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil, Crianças e Infâncias (GEPEICI). Salvador, Bahia (BA), Brasil. e-mail: dossantos.ufba@gmail.com.

2 A pandemia de Covid-19, provocada pelo coronavírus (Sars-Cov-2), foi anunciada pela Organização Mundial da Saúde no mês de março de 2020 e ela ainda não foi encerrada. Até a data do envio deste texto para publicação, 663.567 óbitos causados pela Covid-19 foram registrados no Brasil. Fonte: Consórcio de veículo de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de saúde. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/05/01/brasil-tem-16-mortes-por-covid-19-em-24-horas-media-movel-tem-terceiro-dia-de-tendencia-de-alta.ghtml>>. Acesso em: 01 de maio de 2022.



privatista e a compreensão da educação como mercadoria vêm contaminando o projeto de Educação Infantil e se concretizando por meio de políticas públicas que fortalecem a parceria público-privado, a entrega de recursos financeiros do estado brasileiro para o setor privado, ampliando a negação do direito à educação e a exclusão de quem mais precisa da escola, a criança.

As crianças que não frequentam ou não frequentaram escolas de Educação Infantil, na faixa etária adequada, têm nome, cor, raça/etnia, pertencem a um espaço geográfico, integram uma classe social. São crianças de zero a seis anos de idade, mais especificamente crianças de zero a dois anos de idade, que vêm sendo expulsas da rede pública de educação, são crianças negras, pobres economicamente, moradoras do campo, da periferia das cidades e crianças com deficiência. O cenário não tem sido favorável nem para as crianças e suas famílias, nem para os profissionais na educação, que sofrem ataques diários no exercício de sua profissão, com a retirada de direitos e a negação de condições dignas de trabalho. As ameaças e retrocessos em curso na sociedade brasileira derivam, principalmente, de ações de agentes públicos que insistem na tentativa de interdição do debate e na retirada de direitos.

DISCUSSÕES

Os espaços para o estudo e o debate sobre a realidade da Educação Infantil brasileira são múltiplos e as vozes que circulam e ecoam nesses ambientes refletem ações políticas e discursos carregados de interesses e concepções que não coincidem e não versam para a defesa das mesmas agendas, direitos e grupos humanos.

A consolidação da Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica vem sendo defendida por diferentes profissionais da educação que travam batalhas diárias em seus locais de trabalho, nas redes em que estão filiados, em coletivos locais e nacionais para que o direito à educação seja assegurado e as condições de trabalho (formação, plano de cargos e salário, carreira, valorização e qualidade de vida) sejam garantidas.

Essa é uma luta histórica, intensa e desigual, dado o poderio financeiro, as estratégias e os instrumentos que estão sob a tutela tanto do poder público



como de organizações e grupos privados, nacionais e internacionais, que buscam implantar um projeto de educação que contraria fundamentos constitucionais, como: a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, a gestão democrática, a liberdade de cátedra, a autonomia da escola e de seus profissionais (BRASIL, 1988). Essa é uma luta também marcada pela coragem e pela força de um coletivo de pessoas que trabalham, estudam, pesquisam e esperanças dias melhores tanto para as crianças como para os profissionais da educação.

No contexto brasileiro, as conferências municipais, estaduais e nacional de educação vêm se constituindo uma instância fundamental e estratégica para a defesa da educação pública, laica, inclusiva, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, bem como para reafirmação de princípios e direitos constitucionais, que vêm sendo ameaçados por agentes do poder público, pondo em risco a própria democracia. Nas conferências de educação pode-se conhecer e debater sobre o que é vivido e produzido nas escolas de Educação Infantil da cidade e do campo, mediante a avaliação de políticas públicas e de suas repercussões nos sistemas de ensino, no exercício profissional dos trabalhadores da educação e nos processos de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças. Esta avaliação é feita por estudantes, professores, famílias, gestores e outros profissionais da educação, pesquisadores e ativistas, que, considerando os resultados, defendem direitos ameaçados, propõem novas agendas para a atualização e/ou proposição de outras políticas públicas para a Educação Infantil.

A luta pela defesa de uma Educação Infantil de qualidade é feita cotidianamente por movimentos sociais de educação, movimentos sociais específicos de Educação Infantil, como o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), movimentos de mulheres, sindicatos e entidades científicas que têm sido assumindo o papel de guardiões de direitos e princípios fundamentais concernentes às crianças brasileiras e aos profissionais da educação.

As agendas dos movimentos e entidades que defendem uma Educação Infantil pública, gratuita, inclusiva, laica, de qualidade e socialmente



referenciada consideram dados empíricos, produzidos na interlocução com as crianças, gestores, professores e outros profissionais da educação, e problemáticas explicitadas por pesquisadores em seus estudos, como: a ausência de políticas públicas específicas para a formação de professores da Educação Infantil; a escassez de recursos financeiros; a terceirização e a implementação da política de *vouchers*; a ausência de concursos públicos nas universidades para a área da Educação Infantil; o excesso do número de crianças por grupo/professor; a insuficiência e a inadequação dos espaços físicos; a organização dos tempos e ambientes inspirados em modelos educacionais tecnicistas; a educação bancária (FREIRE, 1987) para as crianças; a ausência de condições de trabalho docente e a precarização dos contratos de trabalho; a ausência de equipamentos, materiais, livros e brinquedos específicos para a creche e a pré-escola. (CAMPOS, 2020; FERNANDES; CAMPOS, 2015; CÔCO, 2009; KRAMER; NUNES, 2007; FARIA, 1999; HADDAD, 1993)

Esses problemas persistem e as perguntas que continuam válidas na atual conjuntura político-econômica brasileira são: qual é a Educação Infantil que queremos? Qual é a Educação Infantil que a criança tem direito? As respostas são complexas, mas é possível dizer que no processo de garantia do direito à educação e na construção e consolidação da identidade da Educação Infantil no Brasil estão em jogo projetos com visões diferentes de criança, de infância, de Educação Infantil, de currículo, de avaliação, de qualidade, de formação de professores, dentre outros temas, que, a depender do que for elevado ao *status* de lei e/ou diretriz, pode se constituir mais em atraso do que em avanço para a educação das crianças de zero a seis anos de idade.

Quando falamos em currículo da Educação Infantil, por exemplo, estamos em um território minado, pois envolve interesses político-econômicos e pedagógicos que influenciarão, “para bem ou para o mal”, a formulação de políticas públicas curriculares para a Educação Infantil. Daí a importância de, nesse contexto, reafirmar os princípios e fundamentos presentes nos textos do Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Resolução CNE/CEB nº



5, de 17 de dezembro de 2009), que vêm sendo colocados em segundo plano com a homologação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de dezembro de 2017/Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017).

A BNCC propõe um conjunto de aprendizagens essenciais desde as crianças da Educação Infantil aos adolescentes no Ensino Médio e evidencia uma visão de educação que tende a homogeneizar e padronizar currículos para facilitar a instituição de políticas de avaliação da aprendizagem das crianças e do desempenho do professor. No caso da Educação Infantil, a BNCC tem trazido mais instabilidades pedagógicas do que avanços no cotidiano das redes e escolas de Educação Infantil.

Considerando que a BNCC não é o currículo da Educação Infantil, as DCNEI, também de caráter mandatório, continuam em vigor e apresentam um conjunto de diretrizes que permitem às escolas e aos seus profissionais a elaboração da proposta pedagógica e curricular da Educação Infantil, fomentando a autonomia e o respeito às diversidades e singularidade de cada contexto, de cada escola e de cada grupo de crianças.

Um currículo de Educação Infantil que se vislumbra é um currículo que reconhece a criança, dos bebês às crianças maiores, como um sujeito concreto, histórico e de direitos, que respeite e valorize os saberes e experiências das crianças, que permita à criança acessar e se apropriar dos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, que tenha como eixos as interações e a brincadeira, que seja ofertado à criança brinquedos, jogos, livros de literatura e outros materiais pedagógicos (aqui não entra as apostilas e livros didáticos), que permita à criança brincar, que garanta à criança ter um professor com formação em nível superior para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, que garanta condições de trabalho para os profissionais da educação, que tenha um número de crianças adequado por professor, que a criança possa ser criança e viver a sua infância, sem ter o seu processo de desenvolvimento e a sua aprendizagem atropelados em nome de interesses político-econômicos. (BRASIL, 2009a, 2009b)



Citamos aqui embates em torno do currículo da Educação Infantil, mas existem outras políticas públicas em curso no Brasil, como Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que contrariam princípios inegociáveis na educação das crianças de zero a seis anos de idade e esgarçam a identidade da Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre os desafios, as conquistas e avanços da Educação Infantil possui como eixo estruturante a relação entre Educação Infantil e justiça social. Garantir o direito da criança à Educação Infantil é fazer justiça social em um país que ainda é estruturado por práticas racistas, pelas desigualdades sociais, pelas marcas do colonialismo e pela primazia dos interesses privados e corporativistas em detrimento dos interesses democráticos, públicos e coletivos.

A Educação Infantil continua sendo tensionada no que diz respeito à sua identidade e finalidade por diferentes frentes e ações governamentais e de setores privados da sociedade, o que não é uma novidade para os estudiosos da área. As concepções e princípios teórico-metodológicos da Educação Infantil sempre estiveram em um campo de disputa político-pedagógica e econômica por entidades da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores, instituições e atores do setor público e privado na sociedade brasileira, mas, apesar da referida disputa, conseguimos, antes do golpe parlamentar, em 2016, dar passos importantes e provocar a elaboração e execução de políticas públicas, nunca antes formuladas no Brasil, para a primeira etapa da Educação Básica.

Portanto, o momento pede vigilância, articulação intersetorial e ações políticas urgentes para defender o direito das crianças a uma Educação Infantil de qualidade e as condições de trabalho dos trabalhadores da educação. Reiteramos que as conferências de educação, os movimentos sociais de educação e os sindicatos se constituem espaços estratégicos e fundamentais para a reafirmação diária de princípios negociados que alicerçaram a política pública de Educação Infantil, bem como de fundamentos de infância e de



criança tecidos no interior de distintos campos de conhecimento, especialmente daqueles que reconhecem a criança como um sujeito de direitos e consideram a diversidade étnico-racial, econômica, geográfica, cultural, religiosa e social de cada uma delas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009a**. Trata da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12745&Itemid=866>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009b**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 mar. de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República - Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 maio 2022.

CAMPOS, M. M. (2020). Avaliação da qualidade na educação infantil: impasses e perspectivas no Brasil. **Pesquisa e Debate em Educação**, 10(1), 891-916. <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.32009>

CÔCO, Valdete. **Gestão na Educação Infantil**: os processos de escolha dos dirigentes das instituições. *Associação Nacional de Política e Administração da Educação*, 2009. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/345.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

FARIA, Ana Lúcia Goulart; PALHARES, Marina Silveira (org.). **Educação Infantil Pós-LDB**: rumos e desafios. Campinas; São Paulo: Autores Associados - Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas; São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

FERNANDES, Fabiana Silva; CAMPOS, Maria Malta. Gestão da Educação Infantil: um balanço de literatura. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 139-167, jan./mar. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



GENTILLI, Pablo Antonio Amadeo; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.).

Neoliberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade.** São Paulo, Loyola, 1993.

KRAMER, Sônia; NUNES, Maria Fernanda. Gestão pública, formação e identidade de profissionais de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 131, p. 423-454, maio/ago. 2007.

LIMA, Iana; HYPOLITO, Álvaro. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 1-15, 24 set. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Portugal, Coimbra: Edições Almedina, 2020.